

O ensino sobre preservação do patrimônio cultural regional: aplicando a função social da escola

Talita Seniuk¹

João André Nascimento Ribas²

Resumo: Tendo como base que o ensino de história assume a função de orientação existencial, a disciplina alicerçada na função social da escola pode contribuir com a formação de cidadãos mais conscientes e mais críticos sobre as suas realidades. Por isso, o estudo sobre a preservação de patrimônio cultural, quando engloba a região onde o discente está envolvido, traz perspectivas de ações para que o historiador possa contribuir com o desenvolvimento da memória na sociedade contemporânea. Assim, buscou-se desenvolver oficina visando o ensino sobre preservação da memória e do patrimônio cultural regional, com foco no estudo de caso da Estação Ferroviária do Boqueirão, localizada na região dos Campos Gerais, Paraná, sob os pressupostos da função social da escola. Para isso, a pesquisa partiu inicialmente de uma fundamentação com uso de bibliografias sobre os temas para posteriormente embasar a aplicação de uma oficina com estudantes de escola de ensino fundamental localizada próxima ao patrimônio estudado. Posteriormente, apontam-se algumas percepções dos discentes durante a realização da oficina sobre o patrimônio cultural, os quais demonstraram absorver o conhecimento sobre o tema de forma mais fácil sob tal metodologia, bem como, apresentaram um maior senso crítico quanto à preservação patrimonial.

Palavras-chave: Função social da escola. Memória. Patrimônio cultural.

Abstract: Based on the teaching of history takes the existential orientation function, the grounded discipline in school social function may contribute to the formation of citizens more aware and more critical about their realities. Therefore, the study of the preservation of cultural heritage, when includes the area where the student is involved, brings perspectives of actions so that the historian can contribute to the development of memory in contemporary society. So, we sought to develop workshop aimed at teaching about preserving the memory and the regional cultural heritage, focusing on case study of Railway Boqueirão Station, located in the region of Campos Gerais, Paraná, under the social function of the school assumptions. For this, the research started initially with a substantiation use of bibliographies on the topics to base the later application of a workshop with elementary school students

¹Talita Seniuk. Licenciada em História, Especialista em Metodologia do Ensino de História e acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Metodista de São Paulo. tltsnk@yahoo.com.br

²João André Nascimento Ribas. Administrador, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. joaoandrenr@live.com

located near the studied heritage. Later, they point to some perceptions of the students during the course of the workshop on cultural heritage, which demonstrated absorb knowledge on the subject more easily under such methodology as well, had a greater critical sense about the heritage preservation.

Keywords: Social function of the school. Memory. Cultural heritage.

História, memória e patrimônio cultural

A disciplina de história nas escolas possibilita o conhecimento sobre diversas questões sociais, na medida em que se torna fundamental para a formação de cidadãos mais conscientes da conjuntura social. Assim, além de contribuir na construção do conhecimento histórico, atua na formação dos estudantes enquanto cidadãos, enriquecendo o currículo escolar ao promover a percepção da cultura que se encontra nas suas proximidades. Por isso, ao se abordar a importância da contextualização do cidadão enquanto agente fruto de uma formação civilizatória, advém do ensino de história a temática de Educação Patrimonial e de Patrimônio Locais.

A sociedade está cotidianamente em contato com a expressão “patrimônio histórico”, seja em seus convívios sociais ou por meio das diversas formas de comunicação midiática, vinculando-a à importância da preservação da história. Mas, apesar da constante utilização de tal expressão, ela não recebe a devida importância, tanto que muitos dos próprios patrimônios históricos locais são desconsiderados pelos cidadãos e pelo Poder Público. Tal *déficit* informacional expressa que o ensino recebido sobre as temáticas não foi adequadamente incorporado na formação intelectual social, expressando a necessidade de readequação de metodologia de ensino.

A disciplina de história abrange o estudo das experiências humanas, coletivas ou individuais, que integra o passado ao presente e ao futuro. Ela não se limita a descrever os fatos, mas avança ao analisá-los para propor interpretações. Neste sentido, a história “assume funções de orientação existencial”(RÜSEN, 2001). Sendo assim, a história ajuda a nortear as ações do homem ao possibilitar a compreensão de questões sociais, políticas, étnicas, econômicas, religiosas, entre outras; colaborar com a formação da identidade das pessoas; e envolver todos como sujeitos históricos.

Também fornece elementos ao homem para que ele possa compreender a si mesmo, enquanto indivíduo, dentro de uma coletividade. Enfim, ela serve para que o homem possa conhecer a si mesmo, percebendo semelhanças/diferenças em relação aos demais, e ainda, como membro de uma sociedade, se reconheça como um ser social(BOSCHI, 2007).

Envolvendo-se numa pesquisa com temas ligados à história, é essencial separar e reunir quais objetos serão as fontes, transformando-lhes em documentos (CERTEAU, 1982) para que possam subsidiar os passos que se seguirão. E frente à pluralidade de fontes que esta ciência dispõe, cada escolha acarreta em exclusão ao se delimitar quais irão ser utilizados. Apesar das diversas questões advindas do passado sobre construção social estarem inertes, esperando serem provocadas, estas dependem da ação do homem para ganharem vida, cabendo a ele trazê-las ao presente. Elas se encontram dispersas em seus diversos locais e cabe ao pesquisador encontrá-las e analisá-las, afinal, a transmissão de conhecimentos não se dá de maneira aleatória para a humanidade; ela precisa ser reivindicada (BLOCH, 2001).

Toda discussão com viés historiográfico permite preencher as lacunas da contemporaneidade referenciando-se no passado, através de suas ferramentas. Cada novo olhar debruçado sobre uma fonte apresenta uma visão diferenciada de uma narrativa. Esta compreensão provisória que ela permite, enriquece e democratiza as discussões, evitando-se assim as sistematizações totalizantes (CERTEAU, 1982) com suas verdades absolutas. Visto assim, cada singularidade ocupa sua posição, sem desmerecer as demais. Construir um objeto científico surge da necessidade de romper com o senso comum que trata dos simples lugares-comuns da existência vulgar para reconhecê-los com suas estruturas objetivas e subjetivas que lhe cabem (BORDIEU, 1989).

Tudo o que o homem produz pode ser analisado como um testemunho do seu tempo, e o resultado de algumas dessas ações implicam em bens e valores. Neste caso, o produto dessa mediação pode ser considerado como um patrimônio, algo de valor a alguém ou a um grupo. Patrimônio então se liga com a ideia de propriedade, de posse, de pertencimento, podendo:

[...] ser entendido como um conjunto de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa.

Analisando o conceito dessa forma, percebemos que o patrimônio relaciona-se diretamente com a ideia de propriedade, seja ela individual ou coletiva. Etimologicamente falando, propriedade relaciona-se com a ideia de herança, isto é, algo a ser deixado ou transmitido para as futuras gerações (CANANI, 2005).

Já a Cultura, é “tudo o que caracteriza uma população humana” (SANTOS, 1983), ou seja, todos os atos e manifestações que decorrem da ação do homem podem ser considerados como cultura. São estes traços que nos distinguem dos demais seres vivos; são os modos como compreendemos, produzimos e organizamos nosso cotidiano, nossa existência, desde as ações e as elaborações mentais dos indivíduos que compõem uma cultura.

Nesse sentido, pode-se entender que a cultura é uma soma de representações que os homens e a sociedade em que estão inseridos constroem sobre suas realidades, que gera toda uma produção material (BURKE, 2005). E como a cultura está intimamente ligada ao cotidiano, aos modos de fazer e as manifestações humanas construídas, ela se apresenta através de sua pluralidade. Pode-se dizer que a cultura é um somatório de criações materiais e imateriais originadas pelo homem, buscando satisfazer suas necessidades ou mesmo em atribuir significado para algo.

Pode-se transitar de uma cultura para outra através do seu conceito de patrimônio, ressaltando sempre que não há um modelo correto ou excludente, pois se trata de uma concepção dinâmica, temporal e em movimento (GONÇALVES, 2003). Percebe-se que o patrimônio pode ser um objeto inventado pelo homem, que lhe atribui algum significado, construído ou realizado para algum fim e que pertence a um indivíduo ou agrupamento de pessoas. Esse valor pode estar associado ao bem físico ou mesmo às relações que o permeiam, dentro de um aspecto ideológico. E permeando estes aspectos, depreende-se dessa leitura que são patrimônios culturais, pois representam manifestações que se constituem de símbolos e simbologias que conferem significados (identidade, pertencimento) para as pessoas.

Independentemente do valor monetário que muitos desses bens patrimoniais possam ser avaliados vale ressaltar que há valor nas construções sociais que podem incidir sobre estes; uma igreja não se trata apenas de um local de práticas litúrgicas, mas de sociabilidades, sua estrutura física pode ser medida financeiramente, porém, as relações sociais que se dão nesse local extrapolam o alcance econômico, sendo considerada por seus frequentadores como um lugar de práticas sociais. É com essa

percepção sobre estes lugares que se passa a valorizar sua importância, afinal “É o conhecimento direto dos bens culturais, visando à sua apropriação sensorial, intelectual e afetiva por parte dos indivíduos – crianças ou adultos – como instrumentos de inserção e de ação crítica no meio social” (HORTA, 2005) que se podem realizar ações de incentivo a sua preservação.

Esses locais, que só existem por ação humana, são produtos da época em que foram planejados para atender determinados fins palpáveis, mas que devido a todas as sociabilidades que ocorreram em sua circunscrição, passaram a não mais exercer apenas o objetivo proposto inicialmente, visto que se tornaram lugares de memória. Assim, ampara-se esta investigação a partir do conceito de memória, enquanto “essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade” (PINSKY, 2008). Memória nesse sentido ligada à dialética da lembrança e do esquecimento, refém das manipulações e deformações sucessivas que ganha a cada momento, pois é alvo das práticas carregadas por grupos vivos, que a defendem e lhe permitem processos de metamorfose (NORA, 1993).

Nesse sentido, as construções servem como ferramentas para a história, pois são objetos de memória que ajudam na composição das narrativas históricas. Não obstante as suas impenetrabilidades físicas que resistem ao longo do tempo, estes locais estão repletos de construções sociais. Uma estação ferroviária no século passado, além de ser palco de carga e descarga de mercadorias que movimentavam a economia dos lugares por onde ela passava, era também um cenário de chegada/partida de muitas pessoas e suas famílias, encontros e desencontros que desencadearam enlaces e separações, vividas pelos seus usuários. Dessa forma, este espaço representa na lembrança dos sujeitos um referencial de memória, onde ocorreram fatos sociais que afetaram de forma positiva ou negativa o rumo de suas vidas. Dessa forma “A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (*Ibid*, p. 09).

Todas as ações humanas podem ser consideradas manifestações culturais, porque demonstram as vontades de quem as promove, caracterizando uma forma de representar algo. A cultura é uma soma dessas representações que indivíduos/sociedades constroem sobre suas realidades, bem como, das suas práticas que são decorrentes dos muitos modos pelos quais entendem e fazem sua existência

cotidiana (BURKE, 2005). Toda atuação ou omissão do indivíduo ou da sociedade traduz seus desejos que só a condição “humana” pode conseguir; e o resultado desse processo pode ser considerado como cultura ou patrimônio cultural. Tudo o que remete a nossa existência e por nós é produzido, é cultura.

Ao se promover uma análise patrimonial, além de se identificar elementos físicos como os materiais utilizados na sua construção (a localização, os insumos, a arquitetura, sua dimensão) que nos fornecem subsídios para diversas compreensões, há de se ressaltar os fatores imateriais que lhe devem ser conferidos, como o sentimento de pertencimento aos que trabalharam na sua estrutura, o referenciamento de identidades das pessoas que habitam próximo a ela, ou ainda, as sociabilizações que se deram em seu interior. Estes são todos dados que nos permitem aproximar-nos da realidade, de seus usos e apropriações nos levam a percepções sensoriais através desta leitura, contemplando um universo de significados (SOARES, 2004).

Dada a necessidade de se preservar lugares de memória, que ajudam a sociedade a contar sua história através do tempo, a própria história estabelece um corte selecionando estes objetos para estudá-los e depois “devolvê-los” aos seus locais. É com essa prática que alguns patrimônios que passavam despercebidos voltam a ser respeitados.

[...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea [...] por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. [...] se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos (NORA, 1993).

Diante de a uma sociedade globalizante que tende a uniformizar seus indivíduos, descartando suas especificidades em prol de uma massa homogênea e totalizante, preservar os patrimônios culturais mostra-se como primordial para a história local, pois estes bens instalados servem como referencial para a identidade de uma sociedade. Estes patrimônios são testemunhas de uma outra época, das

ilusões da eternidade numa sociedade que só reconhece indivíduos idênticos e iguais (*Ibid.*).

A história constrói e reconstrói suas narrativas utilizando-se de múltiplas ferramentas para tal empreita; a cada novo olhar debruçado sobre uma fonte, reescreve-se o passado. E para cada análise que se instaura, reforçam-se as percepções da diferença, da descontinuidade e da singularidade que ela envolve. Somos convidados a refletir sobre tudo que nos rodeia.

Na verdade, temos consciência do passado como um âmbito que coexiste com o presente ao mesmo tempo que se distingue dele. O que os une é nossa percepção amplamente inconsciente da vida orgânica; o que os separa é nossa autoconsciência – o pensar sobre nossas memórias, sobre história, sobre a idade das coisas que nos rodeiam. A reflexão freqüentemente distingue o aqui e agora – tarefas sendo feitas, idéias sendo formadas, passos sendo dados – de coisas, pensamentos e acontecimentos passados. Mas união e separação estão em contínua tensão; o passado precisa ser sentido tanto como parte do presente quanto separado dele (LOWENTHALL, 1983).

Para que se possa compreender a pluralidade de sociabilidades que permeiam os locais de memória, precisam-se levar em consideração os aspectos simbólicos que os fenômenos sociais carregam. Cada indivíduo possui expectativas diferenciadas em relação aos outros, mas dentro da sociedade todos são sujeitos sociais. Negar a importância dos lugares de memória para uma comunidade é contribuir com o aniquilamento de sua identidade cultural. Daí as justificativas de se reivindicar a função social na promoção da educação patrimonial.

A função social da escola

Levando-se em consideração a função social da escola, que busca o diálogo do estudante com a sua realidade circundante, é possível avançar na metodologia de ensino de história de forma a contribuir mais empiricamente com a formação de cidadãos conscientes de seus papéis dentro de uma sociedade.

A responsabilidade da escola sobre seus educandos frente à nossa sociedade, que defende que a educação precisa além do desenvolvimento cognitivo alcançar

também a cidadania, integrando seus estudantes à comunidade em que estão inseridos, busca na mobilização destes a produção do conhecimento e do diálogo sobre a realidade circundante (GUIMARÃES NETO; ASSIS; GUIMARÃES; 2012). Os acontecimentos produzidos pelo homem não se dão de forma isolada, mas que tudo está ligado numa relação complexa que traz inúmeros significados e sentidos, que podem ou não ser analisados individualmente. Assim, ambiente escolar age como mediador na construção de um conhecimento globalizante, pois as pessoas passam a ser vistas como seres integrais, dinâmicos, ímpares, capazes de mudar a realidade que os cerca, através de competências desenvolvidas na escola e também fora dela.

O homem sendo um ser inacabado, em constante transformação, encontra na escola o local adequado para uma boa parcela desse desenvolvimento. Por isso, esse ambiente se mostra essencial na formação dos sujeitos e precisa propor respostas educativas e metodológicas exigidas pela sociedade contemporânea (LIBÂNEO, 2002). Não obstante a sociedade ser muito dinâmica, onde inúmeros processos e relações emergem com a mesma velocidade que desaparecem, a escola precisa acompanhar essas mudanças para que não se torne “obsoleta” em sua prática pedagógica, ao desempenhar seu papel de formadora. É ela quem organiza os processos de aprendizagem para que os estudantes possam desenvolver suas competências essenciais para o exercício da cidadania e, assim, contribuam na melhora da nossa sociedade (MORAN, S/D). Nesse sentido, a escola pode ser vista, fazendo-se uma analogia a uma indústria, local que recebe matéria prima (estudantes) que através dos seus processos (didático-pedagógicos) lhes devolve a sociedade como um produto manufaturado, com maior valor agregado. A escola é o meio pelo qual a população descobre instrumentos básicos para sua própria participação na sociedade (SAVIANI, 1980).

Frente à importância dos patrimônios para uma determinada comunidade, que os utiliza como referencial de memória e identidade, compreendendo que esses locais vão além de suas estruturas físicas, mas por suas sociabilidades, faz-se essencial voltarem-se políticas públicas para o segmento. No que tange por parte do Estado na área educacional, a disciplina de história é socialmente planejada, como um dos componentes básicos do complexo processo de formação de identidades sociais e de um grande conjunto de conhecimentos que as gerações anteriores e a contemporânea

pretendem transmitir à geração em formação na escola. Ela articula para interferir positivamente na formação da consciência histórica, a qual está intimamente relacionada à questão dos valores (culturais, simbólicos, estruturais) e dos modelos de ação que podem engajar (conscientização, oficinas, palestras, mobilizações); a consciência histórica é pré-requisito que faz a mediação entre a moral, a nossa ação, nossa personalidade e nossas orientações valorativas (RÜSEN, 1982).

A função da escola nessa esfera é fomentar a questão do patrimônio formando as futuras gerações para a pluralidade cultural que nosso país apresenta, enaltecendo a diversidade de bens culturais que nos rodeiam e não somente aqueles de notória importância e já reconhecidos. A história busca despertar nesses jovens a sensibilidade para que reconheçam os patrimônios locais como subsídios que compõem sua cultura, porque “a preservação do patrimônio histórico-cultural deve pautar-se pelo compromisso de contribuir com a identidade cultural dos diversos grupos que formam a sociedade nacional” (BITTENCOURT, 2004).

Por isso, cabe às instituições de ensino selecionarem os patrimônios e trabalharem com os estudantes. Porém, não podem cometer o erro de escolher apenas patrimônios tombados, pois estariam lidando com uma história da elite, vinculada à concepção tradicional de história; geralmente estes monumentos são os marcos que representam as pessoas poderosas, tidos por vezes como únicos sujeitos históricos (*Ibid.*). Dessa forma, o professor precisa utilizar todo o entorno dos discentes para desenvolver o tema da educação patrimonial, valorizando a pluralidade cultural local. Esta desenvoltura permite que os jovens compreendam como bens culturais não são apenas os patrimônios edificadas, mas todo o meio histórico (*Ibid.*). Mostra-se fundamental despertar nos estudantes esse “olhar” para que se possam explorar historicamente todos os lugares e não apenas as fontes históricas escritas (*Ibid.*).

A região dos Campos Gerais e a estação ferroviária do Boqueirão

O empreendimento que daria início às atividades ferroviárias nos Campos Gerais não se originou no Brasil, mas sim, no Estado norte-americano do Maine. Foi neste local em que o milionário Percival Farquhar, em 11 de novembro de 1906, fundou a *Brazil Railway Company* – BRC. Tal empreendimento perpetuar-se-ia como

uma das raízes do desenvolvimento da região dos Campos Gerais e do município de Carambeí.

Apesar de ser uma empresa estrangeira, já em 1908, com aval da legislação brasileira, ela adquiriu o controle da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, e dentro de pouco tempo, já era a maior corporação privada no ramo férreo, chegando a ter 47% do controle sob a malha ferroviária de todo o país. Farquhar envolveu-se também com as atividades de bonde, iluminação pública, geração e distribuição de energia e serviços de telefonia em outros Estados. Engenheiro por formação, sempre se associando a outros pioneiros, chegou a ter a concessão da Estrada de Ferro Madeira – Mamoré. Porém, seu objetivo maior era de expandir os trilhos e controlá-los em toda a América, defendendo sempre as vantagens deste meio de transporte, e esperançoso em construir uma ferrovia Pan Americana, que ligasse o Canadá ao Chile e Argentina.

Figura 1: Mapa das linhas da *Brazil Railway Company* (trecho em vermelho Linha Itararé-Porto União)



Fonte: Gallas; Gallas, 2012, p. 37.

O trecho destacado no mapa acima refere-se à linha férrea que ligava os Estados mais ao sul do país com o sudeste, passando por toda a parte leste do Paraná, alcançando diversas cidades da região dos Campos Gerais no Paraná. O termo região engloba diversos conflitos conceituais dentro das áreas de história e de geografia, com distintas correntes adotando uma determinada definição. Mas, de forma geral, é uma construção social que atende interesses políticos, construída pela ação de atores/agentes/sujeitos em processos sócio-espaciais históricos e geograficamente localizados (LIMONAD, 2012). Dado o desenvolvimento da economia e do capital em determinada região, formam-se conflitos de interesses sobre os espaços beneficiados pelas políticas públicas, os quais beneficiam iniciativas de investimentos ou de preservação em detrimento de determinados patrimônios. No caso dos Campos Gerais, várias cidades somente prosperaram devido à passagem do trem ao transportar pessoas e cargas, além de escoar suas produções que lhes deram subsídios para seu crescimento e emancipação (SATO; SLONIK; AXT; LAMB; 2008).

O Paraná, um dos Estados sulistas que sofreu influências populacionais devido à expansão das linhas férreas, é considerado historicamente o maior laboratório étnico do Brasil (WACHOWICZ, 2001) lhe conferindo características muito especiais. Dentro da região dos Campos Gerais, está o município de Carambeí, com cerca de 21.590 habitantes³, que é considerado o palco principal do assentamento dos imigrantes holandeses no Estado e local onde se localiza o patrimônio escolhido para estudo. A região onde se formou o município, entre os municípios de Ponta Grossa e de Castro, era composta por inúmeras sesmarias pertencentes à Pedro Taques, até a *Brazil Railway Company*, comprá-las e abrir um extenso loteamento com 6.540 hectares com o objetivo de colonizar a região e expandir seus trilhos.

A intenção inicial da BRC era implantar nestas terras um núcleo de colonização, nos moldes do planejado pelo Governo Imperial na década de 1890, visando à ocupação desta região por colonos imigrantes que se dedicassem à agropecuária, viabilizando assim a operação da ferrovia pelo transporte de cargas e passageiros. Inicialmente, a BRC pretendeu implantar uma colônia de

3PORTAL ODM. Disponível em: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/perfil/BRA004041068/carambei---pr>. Acesso em 28 mar. 2016.

imigrantes alemães, designando um órgão administrativo denominado “Abteilung Landbau und Colonisation Carambehy” para a sua implantação, o qual oferecia aos colonos um contrato redigido em alemão, garantindo o entendimento pelos imigrantes. Este contrato colocava à disposição dos interessados um lote rural com moradia, uma canga de bois e três vacas leiteiras. O colono tinha direito ainda a sementes e adubo, desde que a terra estivesse devidamente preparada para o cultivo, após inspeção da “Abteilung”(GALLAS; GALLAS, 2002).

Nesse contexto, holandeses das famílias Vriesman, Leendert e Verschoor que estavam instalados em outra colônia no Estado (colônia de Gonçalves Junior em Irati) vieram analisar as condições desse loteamento e constataram que seria uma ótima oportunidade para trabalhar então para a administradora das linhas férreas. A oferta de trabalho e as condições baseavam-se na mão de obra com a manutenção e expansão dos trilhos em troca de terras, algumas vacas e sementes. Em 1911 o local tornou-se Vilarejo Carambehy. Em 1913 já eram doze famílias e em 1914 cinquenta famílias, totalizando aproximadamente 600 pessoas neste ano no vilarejo.

O bairro do Boqueirão, um dos mais antigos da região e onde se localiza o patrimônio escolhido, foi o lugar onde a BRC instalou a sua sede. Dentro de poucos anos, em 8 de agosto de 1925, devido à expansão das atividades ferroviárias, inaugurou-se o posto telegráfico nessa mesma estrutura. Apesar de localizar-se bem próximo do centro de Carambeí, na época, ele pertencia à Ponta Grossa, pois Carambeí ainda não era emancipado. Assim, o posto servia de limite territorial entre Ponta Grossa e Castro.

Figura 2: Estação Ferroviária do Boqueirão em sua inauguração.



Estação de trem em Carambeí

Fonte: Sato et al, 2008, p. 134.

A estação foi palco de inúmeros acontecimentos para o Município. Em 1936 por exemplo, para as comemorações dos vinte e cinco e anos de prosperidade da colônia de Carambeí, desembarcou na estação o então ministro da Holanda, Senhor Hubrecht.

Figura 3: Estação Ferroviária do Boqueirão em 1936 na chegada do ministro holandês.



Fonte: GIESBRECHT, 2015, s. p..

Historicamente, entre 1896 até 1924, a estação estava sob responsabilidade da *Brazil Railway Company*; já de 1925 a 1942, sob responsabilidade da empresa

Companhias de Estradas de Ferro - C.E.F. São Paulo - Rio Grande. Entre 1942 a 1975 pertenceu a Rede de Viação do Paraná – Santa Catarina, sendo que em primeiro de janeiro de 1944 o posto foi elevado a Estação Ferroviária, denominando-se Estação Ferroviária do Boqueirão. De 1975 a 1996, torna-se a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima - R.F.F.S.A. Atualmente, é a América Latina Logística – A.L.L. que possui a chancela para uso e conservação dessas linhas férreas. Atualmente, são apenas mantidos os mesmos trilhos abertos em tempos passados.

A linha férrea que passa em frente à Estação Ferroviária do Boqueirão é conhecida desde seus primórdios como linha Itararé-Uruguaí. Além dos vagões cargueiros, muitos passageiros já embarcaram e desembarcaram neste local.

[...] a linha-tronco da RVPSC, teve a sua construção iniciada em 1896 e o seu primeiro trecho aberto em 1900, entre Pirai do Sul e Rebouças, entroncando-se em Ponta Grossa com a E. F. Paraná. Em 1909 já se entroncava em Itararé, seu quilômetro zero, em São Paulo, com o ramal de Itararé, da Sorocabana. Ao sul, atingiu União da Vitória em 1905 e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, divisa com Santa Catarina, em 1910. Trens de passageiros, inclusive o famoso Trem Internacional São Paulo-Montevidéu, este entre 1943 e 1954, passaram anos por sua linha. Os últimos trens de passageiros, já trens mistos, passaram na região de Ponta Grossa em 1983. Em 1994, o trecho Itararé-Jaguariaíva foi erradicado. Em 1995, o trecho Engenheiro Gutierrez-Porto União também o foi. O trecho Porto União-Marcelino Ramos somente é utilizado hoje eventualmente por trens turísticos de periodicidade irregular e trens de capina da ALL (GIESBRECHT, S/D).

Frente ao inegável valor desse bem enquanto patrimônio histórico, que incentivou a instalação de imigrantes holandeses e contribuiu decisivamente para a origem do município de Carambeí; sua situação atual não reflete a sua importância histórica, encontrando-se esquecido, como se não fizesse parte da paisagem urbana. Recentemente, já abrigou de forma irregular uma mecânica e uma família, desvirtuando-se de sua função social de outrora. Atualmente, o lugar da Estação encontra-se em situação de abandono como se percebe na figura 4.

Figura 4: Estação Ferroviária do Boqueirão em 2014 no momento da realização da Oficina.



Fonte: acervo pessoal dos pesquisadores.

Alguns segmentos organizados da sociedade civil tentaram em anos anteriores restaurá-lo e torná-lo um ponto turístico, porém não obtiveram sucesso. Assim, sem o devido restauro e valorização patrimonial, a estrutura tornou-se invisível diante da sociedade e do governo, como se a sua função social já tivesse sido cumprida.

Desenvolvendo o ensino sobre preservação patrimonial sob perspectivas da função social da escola

Percebendo a necessidade de promover iniciativas de conscientização patrimonial da comunidade que reside próxima a Estação Ferroviária do Boqueirão, originou-se a ideia de realizar uma atividade prática, no caso uma Oficina junto aos estudantes do Ensino Fundamental II – classe do 9º período, com discentes das faixas etárias entre 13 a 15 anos – do Colégio Estadual Eurico Batista Rosas, que se localiza nas redondezas do patrimônio. Para isso, no ano de 2014, foi apresentada a proposta da Oficina à direção escolar dessa instituição, pois considerando que este local faz parte das vivências dos jovens estudantes, frente à situação de total abandono que lhe é conferida atualmente, tratar de educação patrimonial mostrava-se essencial para quem sabe, motivar a mudança.

Essa iniciativa extrapolaria os campos da disciplina escolar História, enquanto tema inerente a ela e alcançaria responsabilidades que podem atingir os

jovens não só como discentes, mas como cidadãos, que estão inseridos numa sociedade e que podem mudar sua realidade social através da educação, tal como pressupostos da função social da escola. Dessa forma, a equipe pedagógica decidiu que a Oficina deveria ser realizada em 2 horas-aula, em horário escolar, considerando que não são permitidas atividades em contra turno devido a alguns estudantes residir em regiões rurais (apesar da instituição se localizar na área urbana) ou exercerem outras atividades nesse período.

Inicialmente, a Oficina compreendeu uma aula expositiva e dialogada sobre Educação Patrimonial e o histórico da Estação Ferroviária do Boqueirão, onde ao final desta etapa, os estudantes receberam um mini jornal elaborado pelo responsável em aplicar a atividade, documento que pode ser transformado em material didático muito rico na constituição do conhecimento histórico⁴. Este apresentava a Estação em dois períodos históricos distintos: a coluna da esquerda possuía uma foto datada de 1925 do patrimônio e outra datada de 1936, com suas respectivas manchetes demonstrando-o em pleno funcionamento; e a coluna da direita contemplou duas fotos datadas de 2005 e 2013, retratando a situação de abandono do bem, enquanto patrimônio histórico local. Para uma participação efetiva por parte dos estudantes da classe selecionada, durante uma de suas aulas semanais de História com o professor regente, os mesmos foram motivados a pesquisarem e trazerem qualquer informação sobre a Estação Ferroviária do Boqueirão, das mais variadas fontes (fotos, jornais, relatos, entrevistas), além de materiais escolares diferenciados (canetas coloridas, lápis de cor); para participarem de uma Oficina sobre Educação Patrimonial, que ocorreria na semana subsequente. Foram providenciadas pela aplicadora da Oficina inúmeras fotos e recortes de notícias para subsidiar a produção daqueles que não conseguissem trazer o material solicitado.

Chegado o dia da Oficina, após a mediação dos temas da aula expositiva e dialogada, os estudantes foram convidados a apresentar as fontes encontradas sobre a Estação Ferroviária do Boqueirão, para então receberem o mini jornal feito pela aplicadora. Amparados com estas informações após a leitura e reflexão, receberam

⁴PARANÁ. *Produção didática pedagógica unidade temática*. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2009_ufpr_historia_md_ivair_schueroff.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2016.

uma folha em branco e foram instigados a produzir um novo mini jornal, considerando a situação atual do patrimônio e como acreditam/desejam que ele estará daqui a 50. Os jovens produziram seus mini jornais com bastante criatividade, riqueza de detalhes nos desenhos e nas manchetes (molduras, letras capitulares, cores); houve conversas, mas que não afetaram a produção e percebeu-se muita troca de materiais escolares, pois cada um desejava personalizar seu trabalho a seu modo. Houve questionamentos do por que não se realizam mais atividades diferenciadas como esta nas aulas; o que poderia ser feito por eles para que o local fosse preservado, tornando-o um museu ou um ponto turístico “de verdade” para a cidade; demonstrando o despertar da conscientização patrimonial.

Percebeu-se ao término da atividade de que as perspectivas dos estudantes em relação à preservação do bem foram na sua grande maioria negativas tanto pelo fato da própria população não o reconhecê-lo, assim como por parte do descaso da esfera pública; vale ressaltar que duas produções chamaram a atenção: um jovem afirma que este bem, caso continue abandonado, tornar-se-á um local de uso/venda de drogas, enquanto outro colega mais otimista acredita que o bem se tornará novamente uma estação de metrô. Embora ampla maioria concorde que o Poder Público tem papel fundamental na restauração e preservação da Estação Ferroviária do Boqueirão, fora também levantado o papel da própria sociedade civil neste processo, visto que se trata de um bem que reflete a história de muitas famílias instaladas no local. Assim, enquanto os discentes manifestaram que o Poder Público precisa atuar em prol da preservação do bem, também citaram que o local estará mais protegido com os olhos vigilantes da sociedade ao seu redor.

No que tange a proposta da busca ativa por qualquer fonte sobre o bem escolhido para a Oficina, almejava-se resgatar fontes que poderiam estar nos acervos de seus familiares e amigos, permitindo atuar na construção do conhecimento histórico de sua cidade como personagens ativos neste processo. Com isso, esperava-se acesso a fontes inéditas, como fotos, recortes de jornais, entrevistas, fatos históricos, entre outros. A Oficina colaborou com uma nova visibilidade de um patrimônio possivelmente esquecido pela sociedade local, dado o fim de sua função social inicial. Esta prática didática diferenciada possibilitou apresentar a sala de aula não apenas como um local de reprodução do conhecimento, mas de experimentações

singulares que valorizaram a vivência concreta dos estudantes e o professor como autor das estratégias desse ensino (RICCI, 2003).

A intervenção realizada também vem de encontro à proposta na Lei das Diretrizes Básicas da Educação, Lei nº 9394/1996, que em seu capítulo 2, prescreve uma maior dinamicidade nas diretrizes curriculares da educação básica, visando à difusão de fatores fundamentais ao interesse social e aos direitos e deveres dos cidadãos. Reflete-se então a importância de uma revisão curricular que seja capaz de absorver os princípios da função social da escola, para que a metodologia de ensino englobe etapas de análise e reflexão do discente sobre o mundo, com destaque para a realidade local.

Na expectativa de se motivar os jovens a acreditar na mudança desse paradigma, ao fim da Oficina, citou-se o texto que segue, para que os jovens percebessem que ainda há esperança para o reavivamento deste patrimônio:

Assim como as lembranças, relíquias outrora esquecidas ou abandonadas podem tornar-se mais preciosas do que aquelas em uso contínuo; a descontinuidade em sua história atrai a atenção para elas, particularmente se a escassez ou fragilidade as ameaçarem de iminente extinção. Artefatos inicialmente revestidos de valor transitório e reduzido, que caem no limbo do refugio, com frequência são mais tarde ressuscitados como relíquias de grande importância (LOWENTHALL, 1998).

Os jovens que participaram da Oficina demonstraram certa consciência de suas impotências em agir diretamente na restauração e preservação do patrimônio discutido, pois julgam muitas vezes que a responsabilidade de preservação seria do poder público. Embora a pesquisa não tenha avançado sob perspectiva de despertar o interesse do Poder Público local sobre tal preservação, com a própria conscientização do jovem, a perspectiva de se ampliar a preservação patrimonial é estimulada, na medida em que eles são capazes de propagar o conhecimento adquirido em sala de aula para a comunidade a qual pertencem.

A metodologia empregada para o ensino de história tradicionalmente limita-se ao uso de teorias expostas em livros bibliográficos e na dicotomia entre professor detentor do conhecimento e estudante ouvinte. Neste sentido, a Oficina mostra-se como um exemplo de atividade diferenciada. Por isso, o intuito da pesquisa de se

utilizar de princípios da função social da escola para construir o conhecimento sobre História, com foco na preservação patrimonial, respondeu-se com a realização da Oficina visando ao desenvolvimento da conscientização preservacionista dos discentes ao perceberem os bens que fazem parte das suas histórias e das de seus antepassados, visto que a preservação da memória traz a História para o presente, de forma a contribuir com a identidade social.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar: 1810-1970*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

BLOCH, Marc. A observação histórica. In: *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOSCHI, Caio César. *Por que estudar história?* São Paulo: Ática, 2007.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANANI, Aline Sapiezinskas Kras Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 163-175, jan/jun 2005.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GALLAS, Alfredo O. G.; GALLAS, Fernanda Disperati. *Holandeses no Brasil: 100 anos de imigração positiva*. São Paulo: Ipsi Gráfica e Editora, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (org.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *Estações ferroviárias do Brasil*. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/boqueirao.htm>> Acesso em 02 de julho de 2016.

GUIMARÃES NETO, Euclides; ASSIS, Marcos Arcanjo de. A.; GUIMARÃES, José Luis Braga. *Educar pela Sociologia: contribuições para a formação do cidadão*. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Educação patrimonial*. Boletim do Programa Nacional de Museus. Fundação Nacional pró-Memória, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora?* São Paulo: Cortez, 2002.

LOWENTHALL, David. *Como conhecemos o passado*. Tradução de Lúcia Haddad. São Paulo: PUC, Proj. História, 1998.

MORAN, José Manuel. *Aprender e colaborar*. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/colaborar.html>. Acesso em: 3 de maio de 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

PARANÁ. *Produção didática pedagógica unidade temática*. Disponível em < http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes_pde/2009_ufpr_historia_md_ivair_schueroff.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTAL ODM. Disponível em: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/perfil/BRA004041068/carambei---pr>. Acesso em 28 mar. 2016.

RICCI, Cláudia Sapag. *A formação do professor e o ensino de História: espaços e dimensões da prática educativa*. 2003. 327 f. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

_____. *El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico: una hipótesis ontogenética relativa a la consciencia moral*. Propuesta Educativa. Buenos Aires, n. 7, p. 27-36, 1992.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SATO, Aureo de Jesus; SLONIK, Anderson Clayton; AXT, Juliano; LAMB, Roberto Edgar. *Formação histórica de Carambeí: etnias, cultura e território*. Castro: Ed. Kugler Artes Gráficas, 2008.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez, 1980.

SOARES, Marilda. Semiologia da cultura material: lendo signos e representações sociais a partir de objetos. *Domínios da linguagem* IV, 2004. Disponível em <<http://www.dominiosdelinguagem.org.br/pdf/d4-11.pdf>>. Acesso em 30 de junho de 2016.

THEIS, I. M.; GALVÃO, A. C. F. A formulação de políticas públicas e as concepções de espaço, território e região. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 14, n. 2, nov. 2012, p. 55-69.

WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

Recebido em 10 de novembro de 2016

Aprovado em 20 de dezembro de 2016